

Déficit cresce menos no segundo semestre

Despesas com pessoal baixam e a receita tributária começa a apresentar recuperação

Maria Luiza Abbott e Sílvia Faria

• BRASÍLIA. O ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, acredita que o Governo tem condições de reverter o crescimento do déficit do setor público no segundo semestre. O déficit operacional (que não leva em conta a inflação) do setor público, que chegou a 3,7% do PIB em julho último, poderá cair até para 3%, em sua avaliação. Parente baseia sua expectativa na redução de despesas com pessoal e juros e na recuperação da receita tributária, em relação a 1995. A folha de pessoal, por exemplo, caiu R\$ 200 milhões ao mês com a suspensão do reajuste do funcionalismo e a adoção de controle centralizado dos contracheques. A despesa mensal, que era de R\$ 3,1 bilhões em janeiro, diminuiu para R\$ 2,9 bilhões em agosto.

Essa diferença só agora se tornou mais visível, porque numa situação de baixa inflação, o gasto demora a sofrer corrosão. E como os reajustes de 95 foram concedidos ao longo do primeiro semestre (civis e militares em janeiro e um adicional aos

militares em maio), a base de comparação com a folha no primeiro semestre desse ano mostra aumento da despesa. Além disso, como a inflação é pequena, a decisão de não conceder o reajuste, só vai aparecer plenamente no fim do ano.

Em relação aos juros, o erro do Banco Central ao fixar taxas muito acima da inflação em agosto e setembro — que causou uma despesa calculada em 0,5% do PIB — começa a ser compensado nos últimos meses do ano. Embora os juros do ano passado tivessem ficado em patamares muito superiores às taxas deste ano, a despesa cresceu, porque o volume da dívida pública aumentou expressivamente.

A receita tributária, apesar de não repetir o bom desempenho de 1995, quando a economia bateu recordes de crescimento, está se recuperando neste segundo semestre, de acordo com Parente. Ele disse que a Receita tem feito um esforço de cobrança de dívidas tributárias, já tendo encaminhado três milhões de processos. O esforço deu resultado: em apenas um dia, os cofres públicos rece-

beram R\$ 140 milhões de pagamentos atrasados. Em setembro, a arrecadação ficou 5% acima da meta.

A dívida dos estados, acredita Parente, já passou da fase mais crítica. Com os acordos firmados com o Governo federal, que alongou o perfil do endividamento e destacou empresas para a privatização. Também nesse caso, a situação vai melhorar no segundo semestre. O ministro interino explicou que os atrasos de pagamentos de folhas de pessoal, que se verificaram no fim do ano passado, começaram a ser registrados quando se tornaram empréstimos da Caixa Econômica Federal, no início desse ano. A partir daquele momento, passaram a ser computados como déficit público. Essa pressão deixou de existir no segundo semestre, contribuindo para melhorar o desempenho das finanças públicas.

Por esses fatores, conclui Parente, as maiores pressões já foram absorvidas e a tendência é de redução do déficit, em relação à última avaliação do Banco Central. ■